



UNICEPLAC

Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos - UNICEPLAC
Curso de Direito
Trabalho de Conclusão de Curso

**Decisão administrativa de controle de constitucionalidade no TCU
e no CNJ**

Gama-DF
2021

DAVID GOMES DOS SANTOS

**Decisão administrativa de controle de constitucionalidade no TCU
e no CNJ**

Artigo apresentado como requisito para conclusão do curso de Direito do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Orientador (a): Prof. Dr. Ivan Cláudio Pereira Borges

DAVID GOMES DOS SANTOS

Título: Decisão administrativa de controle de constitucionalidade no TCU e no CNJ

Artigo científico apresentado como requisito para conclusão do curso de Direito do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac.

Gama, 20 de Maio de 2021.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ivan Cláudio Pereira Borges
Orientador

Prof. Sérgio Murilo Miranda Coelho
Examinador

Prof. Bruno Fonseca Gurão
Examinador

Decisão administrativa de controle de constitucionalidade no TCU e no CNJ

David Gomes dos Santos¹

Resumo:

O presente trabalho de conclusão de curso de Direito tem como objetivo principal identificar a diferença técnica de uma decisão judicial de controle difuso e uma decisão administrativa de controle de constitucionalidade, uma vez que este órgão não pertence ao Poder Judiciário e não possui a competência e o poder da jurisdição. Como hipóteses de solução, pretendeu-se no primeiro capítulo demonstrar a diferença entre decisão de controle concentrado de constitucionalidade e decisão judicial de controle difuso de constitucionalidade. No segundo capítulo, analisar questões jurisprudenciais do STF sobre competência de controle de constitucionalidade entre o TCU e o CNJ e, no terceiro capítulo alistar principais decisões do STF sobre o assunto, bem como, alistar principais decisões do TCU e do CNJ. O marco teórico é a decisão do Supremo Tribunal Federal que considerou constitucional esse tipo de controle de constitucionalidade de viés administrativo, com base na ADI nº 3.367. Justifica-se a presente pesquisa porque tal tipo de controle de constitucionalidade além de não ser in abstrato, somente focando uma legislação específica, se destina a analisar um fato jurídico de natureza econômica ou fiscal ou tributária de entes privados com pessoa jurídica de direito público interno. O método utilizado para realização da pesquisa, utilizou-se o método de abordagem dedutivo, desenvolvido por meio de pesquisas bibliográficas, artigos científicos e revistas jurídicas ligadas ao tema, análise de jurisprudência dos tribunais superiores e das leis. Concluiu-se, ao final, que o conflito entre as decisões do TCU e CNJ a partir dos principais argumentos utilizados por várias instituições para manter sua supremacia.

Palavras-chave: Constituição; Controle; Jurisprudencia; Decisão.

Abstract:

The main objective of this law course conclusion work is to identify the technical difference between a judicial decision of diffuse control and an administrative decision to control constitutionality, since this body does not belong to the Judiciary and does not have the competence and jurisdiction power. As hypotheses for solution, the intention of the first chapter was to demonstrate the difference between decision of concentrated control of constitutionality and judicial decision of diffuse control of constitutionality. In the second chapter, analyze STF jurisprudential questions about constitutionality control competence between the TCU and the CNJ and, in the third chapter list the main decisions of the STF on the subject, as well as list the main decisions of the TCU and CNJ. The theoretical framework is the decision of the Supreme Federal Court that considered this type of constitutionality control of administrative bias constitutional, based on ADI nº 3.367. This research is justified because this type of constitutionality control, in addition to not being abstract, only focusing on specific legislation, is intended to analyze a legal fact of an economic or fiscal or tax nature of private entities with a legal person under domestic public law. The research method is the critical-methodological one, since legal thinking is topical and not deductive, as well as problematic and non-systematic. It was concluded, in the end, that the conflict between the decisions of TCU and CNJ from the main arguments used by several institutions to maintain their supremacy.

¹David Gomes dos Santos Graduando do Curso de Direito, do Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – Uniceplac. E-mail: iamdgs1@gmail.com.

Keywords: Constitution; Control; Jurisprudence; Decision.